

Extensão universitária e formação crítica: contribuições da psicologia e da educação para a reflexão da queixa escolar

University extension and critical education: contributions from psychology and education to reflecting on school-related complaints

Extensión universitaria y educación crítica: aportes de la psicología y la educación para reflexionar las quejas escolares

DOI: 10.54901/educa.v9-656

Profa. Dra. Fabiola Colombani¹
Profa. Dra. Débora Chiararia de Oliveira²
Profa. Me. Ana Lúcia L. dos Santos³
Profa. Me. Gelci Safiotti Zaffani⁴
Grad. Mayara Petrucia Ferreira Monteiro⁵

RESUMO: A extensão universitária constitui-se como dimensão estruturante da educação superior brasileira ao promover a articulação entre ensino, pesquisa e intervenção social. Este artigo tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva teórico-crítica, a importância dos projetos de extensão na formação em graduação, enfatizando sua função na aproximação entre universidade e comunidade, a partir da discussão sobre a produção da queixa escolar. Fundamentado em referenciais críticos da Psicologia Escolar e da Educação, especialmente aqueles que problematizam a medicalização da vida e do fracasso escolar, o estudo adota abordagem qualitativa, de natureza analítico-reflexiva, baseada na sistematização de um plano de ações extensionistas desenvolvido junto a escolas públicas. Como contribuição original, propõe-se compreender a extensão universitária como dispositivo formativo e político capaz de tensionar a lógica medicalizante e produzir práticas educativas contextualizadas. Os resultados indicam que a extensão favorece a formação crítica dos discentes, amplia a compreensão dos fenômenos educacionais e contribui para a construção de práticas inclusivas. Conclui-se que a extensão, ao inserir a universidade nos territórios sociais, fortalece seu papel como agente de transformação.

Palavras-chave: extensão universitária; formação em graduação; psicologia; inclusão; queixa escolar.

¹ Pós-Doutora em Educação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) Campus Assis, Assis, São Paulo, Brasil. E-mail: fabiola.colombani@unesp.br

² Doutora em Educação, Departamento de Psicologia da Universidade de Marília (UNIMAR), Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: deborachiararia@gmail.com

³ Mestre em Psicologia, Universidade de Marília (UNIMAR), Marília, São Paulo, Brasil.
E-mail: ana.lopes.santos@unimar.br

⁴ Doutoranda em Psicologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil.
E-mail: gelcizafani@usp.br

⁵ Graduada em Psicologia, Universidade de Marília (UNIMAR), Marília, São Paulo, Brasil.
E-mail: mmonteiro.psico@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A universidade contemporânea é convocada a responder às demandas sociais de forma crítica e comprometida, superando modelos de formação centrados exclusivamente na transmissão de conteúdo. Nesse cenário, a extensão universitária emerge como dimensão fundamental da educação superior ao possibilitar a articulação entre teoria e prática, promovendo a inserção da universidade nos territórios sociais.

A extensão universitária, quando orientada por uma perspectiva crítica e dialógica, constitui-se como dispositivo formativo capaz de tensionar as mazelas da educação e produzir práticas pedagógicas e psicológicas mais contextualizadas, inclusivas e socialmente comprometidas. Historicamente, as dificuldades escolares foram interpretadas a partir de uma perspectiva individualizante. Conforme Souza (2020), as explicações centraram-se nos processos internos do aluno, negligenciando as condições de ensino e os determinantes sociais da aprendizagem. Esse movimento contribuiu para a consolidação da chamada queixa escolar, frequentemente associada à patologização da infância. Diante desse cenário, torna-se necessário problematizar tais concepções e compreender a extensão universitária como espaço privilegiado de formação crítica e intervenção social.

A inserção da extensão universitária também cumpre o importante papel de formação integral do(a) estudante de graduação, uma vez que possibilita a interação com diferentes setores da sociedade, favorecendo a compreensão real e crítica das problemáticas sociais, bem como das questões prioritárias e políticas das quais futuramente fará parte como profissional.

Essa perspectiva está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 – Educação de Qualidade, ao incentivar projetos extensionistas de serviços à comunidade com o propósito de levantar e tratar de questões mobilizadoras, tais como práticas pedagógicas inclusivas, o fortalecimento da convivência escolar e a redução do fracasso escolar, conforme recomendado pela Organização das Nações Unidas (2015). Além disso, outra ODS é contemplada no tema deste artigo, a ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, visto que o intuito das atividades extensionistas também é de promover ações que fortalecem a saúde mental e o bem-estar de estudantes e educadores, prevenindo situações em que se apliquem de forma inadequada, fragilizando as redes de apoio escolar.

Neste sentido, entende-se que essas atividades também podem contribuir para a construção de escolas de ensino superior e de educação básica mais equitativas e colaborativas, fortalecendo o desenvolvimento integral de graduandos e de crianças e adolescentes os quais, na outra ponta, também recebem os benefícios dessas ações. Tais projetos caminham em

consonância com políticas públicas voltadas à educação inclusiva e à promoção da saúde emocional no ambiente escolar dos vários níveis, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 a qual Estabelece a educação especial como uma modalidade transversal presente em todos os níveis de ensino e, a Lei de nº 14.819 de 16 de janeiro de 2024 que regulamenta “estratégias para a integração e a articulação permanente das áreas de educação, de assistência social e de saúde no desenvolvimento de ações de promoção, de prevenção e de atenção psicossocial no âmbito das escolas” em parceria com discentes, familiares, docentes, funcionários/profissionais que atuam na escola.

Ao abrir suas portas ou ir ao encontro de outros profissionais e espaços educativos, a universidade constrói canais de cooperação, fortalecendo vínculos e potencializando os impactos das ações desenvolvidas. Essa interação promove o compartilhamento de saberes, a construção coletiva de soluções e o desenvolvimento de práticas transformadoras, justificando plenamente o papel social da instituição como agente de inovação, inclusão e promoção de mudanças estruturais na educação e na comunidade.

Desta forma, é fundamental alinhar as atividades extensionistas curricularizadas com as necessidades reais da comunidade e o princípio da indissociabilidade, o qual pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão, garante: uma formação profissional mais sólida, a contribuição significativa para a transformação da realidade educacional e comunitária, ruptura de barreiras e limitações acadêmicas, promovendo uma aproximação efetiva entre universidade e sociedade e, possibilitando contato direto com problemáticas que demandam atenção e ação.

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade FORPROEX (2022, p.27).

A extensão universitária proporciona também aos estudantes a oportunidade de vivenciar os desafios, as complexidades e as constantes mudanças presentes na realidade profissional, que no caso da proposta apresentada neste estudo, caminha no sentido de refletir sobre as ações educativas, ampliando sua relevância acadêmica e social ao proporcionar aos discentes a oportunidade de vivenciar situações concretas da realidade escolar. Essa experiência favorece a formação de uma práxis fundamentada na ética, na reflexão crítica e na tomada de decisões conscientes, permitindo com que esses estudantes compreendam a complexidade dos processos educativos e sociais em que estão inseridos. Além disso, a participação em atividades de extensão favorece o desenvolvimento da consciência cidadã e amplia o compromisso social

das(os) acadêmicas(os) diante da realidade em que atuarão. Ao estabelecer uma relação mais próxima com a comunidade, as(os) estudantes enriquecem sua formação profissional e desenvolvem competências essenciais para o exercício da profissão, como destaca Coelho (2015).

Nessa perspectiva, como defendido acima, o ensino, a pesquisa e a extensão constituem dimensões indissociáveis e interdependentes da formação acadêmica, formando um sistema integrado que sustenta a produção e a disseminação do conhecimento (Santos, 2010; Santos et al., 2016). Enquanto o ensino favorece a apropriação dos fundamentos teóricos, a pesquisa amplia e produz novos conhecimentos, e a extensão possibilita que esses saberes sejam compartilhados e aplicados junto à comunidade. Dessa forma, as ações extensionistas fortalecem a formação de docentes e discentes ao promover a articulação entre teoria e prática, materializando conhecimentos construídos no âmbito do ensino e da pesquisa.

Essa compreensão colabora para que a Universidade desenvolva ações extensionistas que ultrapassem o atendimento às exigências curriculares estabelecidas pelas políticas educacionais. Nessa perspectiva, espera-se que as atividades extensionistas produzam impactos sociais efetivos, contribuindo simultaneamente para a formação acadêmica dos estudantes e para o fortalecimento da comunidade com a qual a Universidade se relaciona.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Formação dos Profissionais Envolvidos: A Extensão Universitária como Dispositivo de Transformação

A extensão universitária deve ser compreendida como prática acadêmica do ensino e da pesquisa, constituindo-se como eixo estruturante da formação superior. No Brasil, esse entendimento é consolidado pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior e determina sua curricularização.

Tal marco normativo representa uma inflexão importante ao deslocar a extensão de uma posição periférica para um lugar central no processo formativo, exigindo sua integração aos projetos pedagógicos dos cursos. Mais do que cumprir carga horária, trata-se de reconhecer a extensão como espaço de produção de conhecimento e de formação ética e política. Nesse sentido, a extensão rompe com a lógica assistencialista ou precarização de atividades profissionais e passa a ser compreendida como prática dialógica, na qual universidade e

comunidade constroem conjuntamente saberes e soluções. Essa perspectiva favorece a formação de profissionais capazes de compreender a complexidade das questões sociais e atuar de maneira crítica e comprometida.

A originalidade deste estudo reside na compreensão da extensão universitária como dispositivo formativo e político de enfrentamento da medicalização da educação. Ao promover a aproximação entre universidade e escola, a extensão possibilita a construção de espaços de escuta, diálogo e problematização das demandas educacionais. Diferentemente de abordagens que tratam a extensão como atividade complementar, este artigo a posiciona como prática epistemológica capaz de produzir deslocamentos no modo de compreender a queixa escolar.

A extensão permite tensionar discursos naturalizados, favorecendo a construção de novas formas de intervenção que considerem a dimensão social, pedagógica e relacional dos fenômenos escolares.

Entretanto, é necessário reconhecer que a própria extensão não está imune a contradições. Quando orientada por perspectivas assistencialistas, pode reproduzir relações hierárquicas e práticas pouco críticas. Nesse sentido, sua potência transformadora depende da adoção de uma postura ética, dialógica e reflexiva.

2.2 A Queixa Escolar como Elemento de Análise: A Atuação Extensionista nos Processos de Exclusão

A fim de compreender as bases que sustentam as intervenções extensionistas propostas, faz-se necessário debruçar sobre a gênese conceitual da queixa escolar. Historicamente, as dificuldades de aprendizagem e os comportamentos atípicos no cotidiano escolar foram interpretados sob o viés do déficit individual, culpabilizando o estudante pelas mazelas do processo educativo.

Em contraposição a essa vertente tradicional, a Psicologia Escolar Crítica, consolidada no Brasil a partir dos estudos de Patto (2000), demonstra que o fracasso escolar não pode ser reduzido a disfunções orgânicas ou psicológicas intrínsecas ao estudante. Ao contrário, o fracasso é profundamente social e institucional, sendo produzido em um sistema de ensino excludente e legítima desigualdades e naturaliza as diferenças sob a fachada do mérito. A autora evidencia que a escola, muitas vezes, funciona como mecanismo de reprodução das disparidades sociais, transformando contradições estruturais em fracassos de ordem pessoal.

Articulado a esse cenário, o fenômeno da medicalização da educação e da vida atua como um potente mecanismo de ocultação das reais determinações dos problemas escolares.

Conforme apontam Collares e Moysés (1996), a medicalização consiste no processo de transformar questões de natureza social, política, econômica e pedagógica em patologias orgânicas individuais. Desse modo, dificuldades decorrentes de métodos pedagógicos inadequados, de precariedade da infraestrutura escolar ou da vulnerabilidade social são traduzidas em diagnósticos médicos - tais como o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou a Dislexia - desresponsabilizando o Estado e a instituição escolar.

No mesmo sentido, Guarido (2011) adverte que a biologização da vida e o avanço do discurso médico sobre a educação produzem um efeito de silenciamento das diferenças. Ao patologizar comportamentos que escapam ao padrão de ajustamento idealizado, a escola contemporânea recorre sistematicamente aos saberes clínicos na tentativa de gerir a disciplina e o rendimento. Essa aliança entre a pedagogia e a medicalização gera implicações éticas e subjetivas, fragilizando as redes de apoio escolar e rotulando precocemente crianças e adolescentes.

Foucault (1989) contribui para essa análise ao demonstrar como as instituições modernas operam por meio de dispositivos de controle e normalização. A escola moderna opera, em grande medida, por meio de tecnologias disciplinares - como exames, classificações, hierarquias e padronizações - que visam produzir corpos dóceis e úteis. Os diagnósticos e as avaliações normativas funcionam como instrumentos de separação entre o normal e o patológico, legitimando a exclusão daqueles que não se enquadram nos moldes pré estabelecidos.

É justamente neste entroncamento teórico que a extensão universitária se insere como práxis transformadora. Ao levar os estudantes de graduação para o território escolar em uma perspectiva dialógica, a extensão rompe com os muros acadêmicos e viabiliza o tensionamento das lentes medicalizantes. Consequentemente, o ato extensionista deixa de ser um mero canal de prestação de serviços para se configurar em um dispositivo político de desnaturalização da queixa escolar, abrindo caminhos para práticas inclusivas e emancipatórias.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de natureza analítico-reflexiva, desenvolvido a partir da sistematização e análise de um plano de extensão universitária realizado junto a escolas públicas. A opção pela abordagem qualitativa fundamenta-se na compreensão de que os fenômenos educacionais são constituídos por múltiplas dimensões sociais, históricas, culturais e institucionais, demandando uma análise que considere os sentidos

produzidos pelos sujeitos e as particularidades dos contextos nos quais as experiências se desenvolvem. Nessa perspectiva, o estudo dialoga com a concepção de pesquisa social apresentada por Minayo (1994), para a qual a realidade social deve ser compreendida em sua complexidade, considerando as relações, significados e contradições que a constituem.

O percurso metodológico teve como eixo a sistematização da experiência extensionista, compreendida não apenas como descrição das atividades realizadas, mas como um movimento de organização, análise e reflexão sobre as experiências produzidas no decorrer das ações. Nesse sentido, buscou-se identificar elementos recorrentes, desafios, possibilidades e aspectos formativos emergentes das interações estabelecidas entre universidade e escola, tomando as práticas desenvolvidas como objeto de análise e reflexão.

As ações extensionistas foram realizadas em escolas públicas e envolveram diferentes segmentos da comunidade escolar, incluindo educadores, estudantes e demais participantes do contexto educativo. Entre as atividades desenvolvidas, destacaram-se oficinas, rodas de conversa, encontros formativos e intervenções pedagógicas, organizados de acordo com as demandas e especificidades dos contextos escolares envolvidos.

A análise assumiu caráter interpretativo e foi orientada pela articulação entre os referenciais teóricos que fundamentam o estudo e os elementos produzidos no desenvolvimento das ações extensionistas. Foram consideradas, nesse processo, as experiências vivenciadas, as interações estabelecidas entre os participantes, os registros decorrentes das atividades e os aspectos observados no contexto das intervenções. A análise buscou, portanto, ultrapassar uma perspectiva meramente descritiva, procurando compreender os significados e as implicações das experiências desenvolvidas para a relação entre universidade, escola e comunidade.

Desse modo, o percurso metodológico articula pesquisa bibliográfica e análise da experiência extensionista, compreendendo a extensão universitária como espaço de produção de conhecimentos e de reflexão sobre a realidade educacional. A sistematização das ações possibilitou estabelecer relações entre os pressupostos teóricos adotados e as situações concretamente vivenciadas nas escolas, favorecendo uma leitura crítica das práticas desenvolvidas e de suas contribuições, limites e possibilidades.

Cabe destacar que, embora o estudo se aproxime de procedimentos característicos da pesquisa de campo, não se pretende caracterizá-lo como pesquisa-ação ou estudo de caso, uma vez que seu foco está na análise reflexiva e na sistematização de uma experiência extensionista, e não na intervenção orientada especificamente pela produção de dados para uma pesquisa-ação ou na investigação aprofundada de um caso delimitado. A escolha metodológica, portanto, está diretamente relacionada ao objetivo do artigo e à natureza do material analisado.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os resultados da experiência extensionista analisada evidenciam que a extensão universitária pode constituir um importante espaço de formação crítica na graduação, especialmente quando possibilita a aproximação dos estudantes com situações concretas do cotidiano escolar. Mais do que favorecer a aplicação de conhecimentos previamente adquiridos, a inserção em contextos reais possibilitou o confronto com situações complexas, que não se apresentam de forma fragmentada ou previamente delimitada como nos espaços tradicionais de ensino. Nesse movimento, teoria e prática não se configuram como dimensões dissociadas, mas como elementos que se interrogam e se transformam mutuamente.

Essa compreensão encontra respaldo na própria concepção de extensão assumida neste estudo, entendida como processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove uma interação transformadora entre universidade e sociedade. A experiência analisada permite observar que essa interação ganha maior potência quando a universidade não se coloca como única detentora do conhecimento, mas estabelece relações de escuta, diálogo e construção compartilhada com os sujeitos da escola.

Tal perspectiva distancia-se de modelos assistencialistas de extensão e aproxima-se de uma concepção na qual universidade e comunidade participam conjuntamente da produção de conhecimentos e da problematização da realidade. Essa dimensão dialógica é particularmente relevante quando se trata de questões educacionais complexas, como a queixa escolar e os processos de medicalização.

No que se refere à queixa escolar, as ações desenvolvidas possibilitaram ampliar sua compreensão para além de uma perspectiva centrada exclusivamente no estudante. O contato com as situações concretas vivenciadas no cotidiano escolar favoreceu a problematização de explicações que tendem a localizar no indivíduo a origem das dificuldades de aprendizagem, dos comportamentos considerados inadequados ou do chamado fracasso escolar. Nesse sentido, a experiência extensionista contribuiu para deslocar o olhar em direção às relações estabelecidas entre estudante, professor, escola, família e contexto social, reconhecendo que a produção da queixa envolve múltiplas dimensões e não pode ser reduzida a características individuais.

Esse deslocamento dialoga diretamente com Patto (2000), para quem o fracasso escolar não pode ser compreendido como resultado de supostas insuficiências individuais, uma vez que sua produção está relacionada às condições históricas, sociais e institucionais que atravessam a escola. A partir dessa perspectiva, olhar para a queixa escolar significa também interrogar as

formas pelas quais determinadas dificuldades são produzidas, nomeadas e interpretadas no interior das instituições educativas.

A experiência extensionista mostrou-se, nesse sentido, como possibilidade concreta de colocar tais concepções em debate, permitindo aos estudantes reconhecer que aquilo que inicialmente aparece como uma dificuldade individual pode expressar relações mais amplas e complexas. A discussão também se articula às contribuições de Collares e Moysés (1996) acerca da medicalização da educação. Ao transformar questões relacionadas às condições de escolarização, às relações pedagógicas e às diferenças presentes na escola em problemas atribuídos prioritariamente ao indivíduo, a medicalização contribui para o deslocamento da responsabilidade sobre fenômenos coletivos para o plano individual.

As ações extensionistas possibilitaram tensionar esse movimento ao favorecer espaços de diálogo e reflexão acerca das diferentes maneiras de compreender as dificuldades escolares. Assim, a contribuição da extensão não reside em simplesmente substituir uma explicação por outra, mas em ampliar o campo de análise, evitando que o diagnóstico ou a explicação individualizante seja tomado como resposta suficiente para fenômenos educacionais complexos.

Nesse ponto, as contribuições de Foucault (1989) permitem aprofundar a discussão. Os processos de avaliação, classificação e normalização presentes nas instituições escolares não são neutros, pois participam da produção de determinadas formas de compreender os sujeitos. Ao estabelecer parâmetros de normalidade e desvio, tais mecanismos podem contribuir para que diferenças nos modos de aprender, comportar-se e relacionar-se sejam convertidas em sinais de inadequação. A experiência extensionista, ao promover espaços de problematização dessas concepções, pode favorecer um olhar mais atento aos efeitos produzidos pelas práticas de classificação e pelas formas de nomeação dos estudantes.

Desse modo, a aproximação entre universidade e escola mostrou-se relevante não apenas para discutir a queixa escolar, mas para questionar os próprios modos pelos quais os sujeitos são produzidos e reconhecidos no cotidiano educacional. Esse aspecto é especialmente importante na formação de futuros profissionais, uma vez que as concepções construídas durante a graduação podem repercutir diretamente nas formas de avaliação, intervenção e encaminhamento que serão adotadas posteriormente em suas práticas profissionais.

Do ponto de vista formativo, os resultados apontam, portanto, para a ocorrência de deslocamentos epistemológicos. O contato com a realidade escolar colocou os estudantes diante de situações que exigiam mais do que a reprodução de conceitos: demandava escuta, análise contextualizada, reflexão crítica e capacidade de reconhecer diferentes perspectivas sobre uma

mesma situação. A extensão, nesse sentido, mostrou-se como espaço de produção de conhecimento situado, no qual os conhecimentos acadêmicos são constantemente confrontados com os saberes, experiências e demandas dos sujeitos envolvidos. A experiência extensionista não ocorre em um espaço socialmente neutro: ela é atravessada por relações institucionais, históricas e políticas e envolve sujeitos que possuem diferentes experiências, posições e formas de interpretar a realidade.

Outro aspecto identificado refere-se à própria relação estabelecida entre universidade e escola. As ações extensionistas evidenciaram que essa relação pode ultrapassar a lógica de transmissão unilateral de conhecimentos, na qual a universidade ocuparia a posição de quem sabe e a escola a de quem recebe. Ao contrário, o contato dos graduandos com os profissionais e estudantes da educação básica possibilita que os conhecimentos produzidos na universidade sejam confrontados pelas experiências concretas daqueles que vivenciam cotidianamente a realidade escolar. A extensão passa, assim, a constituir um espaço de interlocução no qual diferentes saberes podem ser reconhecidos e articulados.

Essa perspectiva também contribui para compreender a extensão como dimensão formativa que ultrapassa o cumprimento de exigências curriculares. Conforme discutido anteriormente, a curricularização da extensão, estabelecida pela Resolução nº 7/2018, desloca a extensão de uma posição periférica para um lugar integrado ao processo de formação superior. No entanto, a experiência analisada sugere que sua efetiva potência formativa não decorre apenas da inserção de atividades extensionistas na matriz curricular, mas da maneira como essas experiências são planejadas, desenvolvidas e posteriormente problematizadas pelos estudantes e docentes.

Nesse sentido, a extensão pode ser compreendida como espaço privilegiado de formação ética e política, na medida em que coloca os estudantes diante das desigualdades, contradições e desafios que atravessam a educação pública. Ao entrar em contato com diferentes sujeitos e realidades, o graduando é convocado a rever explicações simplificadoras e a reconhecer que sua futura atuação profissional estará inserida em contextos sociais concretos. A formação crítica, portanto, não se restringe ao domínio conceitual, mas envolve a capacidade de interpretar a realidade, questionar práticas naturalizadas e construir formas de intervenção socialmente comprometidas.

Os resultados aqui discutidos permitem compreender, assim, que a extensão universitária pode contribuir para a formação de profissionais mais atentos à complexidade dos fenômenos educacionais, particularmente no que se refere à compreensão da queixa escolar e ao enfrentamento de perspectivas medicalizantes. Sua contribuição não está apenas na

possibilidade de levar conhecimentos da universidade para a escola, mas na criação de espaços de diálogo capazes de produzir questionamentos sobre aquilo que, muitas vezes, é tomado como natural, individual ou inevitável.

Mais do que aproximar teoria e prática, a extensão pode constituir um espaço no qual a própria relação entre essas dimensões é repensada. A prática interroga a teoria, a teoria oferece instrumentos para interpretar a prática e a reflexão produzida nesse encontro possibilita novas formas de compreender e intervir na realidade. É nesse movimento que a extensão se afirma não apenas como componente da formação universitária, mas como possibilidade de produção de conhecimento crítico, científico e de fortalecimento do compromisso social da universidade com a educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo permite compreender a extensão universitária como uma dimensão formativa que ultrapassa o cumprimento de exigências curriculares e se constitui como espaço privilegiado de articulação entre universidade, escola e sociedade. A experiência extensionista analisada evidenciou que a aproximação com os contextos concretos da educação pública favorece processos de formação nos quais os conhecimentos acadêmicos são confrontados com as condições históricas, sociais, institucionais e pedagógicas que constituem a realidade escolar. Nesse movimento, a extensão assume uma dimensão educativa, científica, ética e política, coerente com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e com as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior estabelecidas pela Resolução nº 7/2018.

No âmbito específico da queixa escolar, os resultados permitem afirmar a relevância de deslocar explicações centradas exclusivamente no indivíduo para uma compreensão que considere a complexidade das relações e condições que atravessam os processos educativos. Conforme discutido a partir de Patto (2000), as dificuldades escolares não podem ser compreendidas de maneira dissociada das condições sociais e institucionais nas quais são produzidas. Do mesmo modo, as contribuições de Collares e Moysés (1996) e Guarido (2011) permitem reconhecer que a medicalização pode operar como mecanismo de individualização de problemas cuja produção envolve dimensões pedagógicas, sociais e institucionais. A experiência extensionista mostrou-se, nesse sentido, como possibilidade concreta de problematizar explicações naturalizadas e ampliar as possibilidades de leitura sobre as demandas que chegam à escola.

Essa perspectiva também encontra respaldo na análise foucaultiana acerca dos processos de classificação, avaliação e normalização. Ao problematizar os modos pelos quais determinados padrões de normalidade são produzidos e utilizados para interpretar os sujeitos, torna-se possível compreender que as práticas escolares não são neutras e podem contribuir tanto para processos de inclusão quanto para a produção de formas de exclusão. A extensão, quando organizada a partir da escuta, do diálogo e da reflexão crítica, pode favorecer justamente a desnaturalização dessas práticas, criando condições para que diferenças nos modos de aprender, comportar-se e relacionar-se não sejam imediatamente convertidas em inadequação ou déficit individual.

Do ponto de vista da formação acadêmica, a experiência analisada evidencia que a inserção dos estudantes em situações concretas da realidade escolar amplia as possibilidades de aprendizagem para além da apropriação conceitual. O contato com diferentes sujeitos e situações exige dos graduandos capacidade de escuta, análise contextualizada, reflexão crítica e tomada de decisão, contribuindo para a construção de uma formação profissional mais consciente das implicações sociais de suas práticas. Nessa direção, a extensão favorece um processo formativo no qual teoria e prática não se apresentam como dimensões independentes, mas como elementos que se interrogam e se transformam reciprocamente.

Entretanto, é importante reconhecer que a potência formativa e transformadora da extensão não decorre automaticamente de sua inserção na matriz curricular. Como evidenciado no decorrer deste estudo, sua efetividade depende das concepções que orientam o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das ações. Quando reduzida a uma perspectiva assistencialista ou meramente operacional, a extensão pode reproduzir relações hierárquicas entre universidade e comunidade. Em contrapartida, quando sustentada por uma perspectiva dialógica e crítica, pode constituir-se como espaço de produção compartilhada de conhecimentos e de problematização da realidade, conforme a concepção de extensão assumida neste trabalho.

Nesse sentido, a curricularização da extensão deve ser acompanhada de uma efetiva transformação das práticas formativas. Não se trata apenas de inserir atividades extensionistas nos currículos, mas de construir experiências nas quais os estudantes possam interpretar criticamente a realidade, reconhecer os saberes produzidos nos diferentes espaços sociais e compreender as implicações éticas e políticas de sua futura atuação profissional. A extensão ganha, assim, relevância não apenas por aproximar universidade e sociedade, mas por contribuir para a formação de profissionais capazes de atuar diante da complexidade dos fenômenos educacionais sem recorrer a explicações simplificadoras ou individualizantes.

Os achados deste estudo também reforçam a importância de fortalecer relações permanentes entre instituições de ensino superior e escolas de educação básica. A aproximação construída por meio de oficinas, rodas de conversa, encontros formativos e demais ações extensionistas pode constituir uma via de mão dupla para a produção de conhecimentos, desde que baseada no reconhecimento dos diferentes saberes e na construção compartilhada das ações. Tal perspectiva mostra-se particularmente relevante diante dos desafios relacionados à inclusão, à convivência escolar, ao fracasso escolar e à medicalização, que demandam respostas articuladas e comprometidas com a realidade dos sujeitos envolvidos.

Cabe destacar, contudo, que as conclusões apresentadas estão circunscritas à experiência extensionista sistematizada e à natureza analítico-reflexiva deste estudo. Não se pretende, portanto, generalizar os resultados para diferentes contextos educacionais, mas contribuir para o debate acerca das possibilidades e dos limites da extensão universitária como dispositivo de formação e reflexão sobre a queixa escolar. Estudos futuros poderão aprofundar essa discussão a partir de outras experiências extensionistas, diferentes contextos institucionais e perspectivas dos sujeitos diretamente envolvidos nas ações.

Por fim, sustenta-se que a extensão universitária, quando orientada por princípios éticos, dialógicos e críticos, pode constituir-se como importante espaço de formação e produção de conhecimento sobre a realidade educacional. No campo da Psicologia e da Educação, sua potência reside especialmente na possibilidade de questionar processos de naturalização, patologização e individualização das dificuldades escolares, favorecendo leituras contextualizadas e práticas socialmente comprometidas. Mais do que levar conhecimentos produzidos na universidade para a comunidade, trata-se de produzir, no encontro com ela, novos modos de compreender os fenômenos educacionais e de intervir sobre eles.

Assim, a extensão reafirma seu lugar como dimensão constitutiva da universidade e como possibilidade concreta de fortalecimento de seu compromisso social. Ao aproximar formação acadêmica, produção de conhecimento e realidade social, contribui para que a universidade não apenas interprete os problemas educacionais, mas participe criticamente de sua problematização e da construção coletiva de alternativas. É nessa articulação entre conhecimento, experiência, reflexão e compromisso social que a extensão encontra sua maior potência formativa e sua relevância para uma educação mais inclusiva, crítica e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024. **Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares**. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 17 jan. 2024. p. 4. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14819-16-janeiro-2024-795256-publicacaooriginal-170863-pl.html>. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior e dá outras providências. Brasília, DF: CNE, 2018.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. São Paulo: Cortez, 1996.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1989.

GUARIDO, R. A biologização da vida e algumas implicações do discurso médico sobre a educação. In: MACHADO, A. M.; PROENÇA, M. (Org.). **Da patologização à medicalização do sofrimento educacional**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. New York: ONU, 2015.

PATTO, M. H. S. **Mutações do cativo: escritos de psicologia e educação**. São Paulo: Edusp, 2000.

SOUZA, B. P. (Org.). **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: IPUSP, 2020.